

Mocambique: Conselho de Seguranca dá primeiro passo para envio de contingente policial

Maputo - O Conselho de Seguranca da ONU decidiu analisar o pedido do governo mocambicano e da RENAMO sobre a fiscalizacao da actividade da policia pelas Nacoes Unidas, na resolucao que aprovou segunda-feira em Nova Iorque.

Governo e RENAMO acordaram a 3 de Setembro na cimeira Chissano/Dhlakama em Maputo pedir o envio de um contingente da ONU que fiscalize a accao da policia durante o periodo de transicao até à realizacao de eleicoes em Outubro de 1994.

A resolucao 863 do Conselho de Seguranca, divulgada terça-feira em Maputo pela ONUMOZ, pede ao secretario-geral da ONU que "examine rapidamente a proposta" do governo e da RENAMO e "sauda a intencao" de Butros Ghali de enviar um equipa de peritos para estudar o envio do contingente policial da ONU.

O representante especial das Nacoes Unidas para Mocambique, Aldo Ajello, indicara sexta-feira que uma equipa de peritos da ONU viria a Mocambique para preparar o envio do contingente.

Ajello acrescentou que a equipa da ONU vai ficar no pais entre 10 e 15 dias e fazer uma avaliacao da situacao.

O principal problema relativo à vinda do contingente policial diz respeito ao numero dos seus efectivos, numa altura em que a ONU já tem em Mocambique 6.004 homens da sua forza de paz e 303 observadores militares.

O representante da ONU já por diversas vezes declarou que o contingente da ONU que vai controlar a policia será mais numeroso do que os 128 efectivos previstos num relatorio apresentado em Dezembro de 1992 ao Conselho de Seguranca, mas muito inferior aos 3-5 mil homens pedidos pelo lider da RENAMO, Afonso Dhlakama.

A resolucao do Conselho de Seguranca de segunda-feira expressa em particular a preocupacao da ONU pelos "continuos adiamentos na implementacao dos aspectos principais do Acordo Geral de Paz".

O documento "sublinha uma vez mais a urgente necessidade de iniciar o mais cedo possivel o processo de acantonamento e desmobilizacao de tropas e a sua continuacao de acordo com o calendario revisto (do processo de paz) sem pre-condicoes".

O Conselho de Seguranca "deplora a falta de progressos na conferencia consultiva multipartidaria" sobre a lei eleitoral.

A reuniao está há mais de um mes completamente bloqueada na questao da composicao da comissao nacional de eleicoes, por divergencias entre o governo e partidos da oposicao, entre os quais a RENAMO.

O governo já manifestou a sua disposicao de iniciar de imediato o acantonamento, mas a RENAMO faz depender o seu inicio do desmantelamento de +todos os exércitos privados+ e do sucesso do mecanismo de integracao das zonas que controla na administracao estatal, mediante a nomeacao de assessores seus nos governos provinciais, conforme o acordo de 3 de Setembro.

A resolucao sublinha no entanto num considerando dirigido aparentemente à RENAMO ser "inaceitavel as tentativas de colocar condicoes ao processo de paz, em particular ao acantonamento e desmobilizacao de tropas, ou ganhar mais tempo ou mais concessoes".

Um total de 49 áreas de acantonamento estão previstas, das quais 35 já foram aprovadas pela comissão de cessar-fogo, mas apenas 21 estão preparadas para acolher os soldados de ambos os lados.

O acantonamento deve começar este mês e estar finalizado um mês depois, de acordo com o calendário revisto do processo de paz que consta do relatório de Butros Ghali com data de 30 de Agosto apresentado ao Conselho de Segurança.

A desmobilização das tropas deve iniciar-se em Outubro e estar realizada em 50 por cento até Janeiro de 1994 e terminada em Maio próximo.

Simultaneamente, o novo exército, cuja formação já se iniciou em Nyanga no começo de Agosto com o treino dos futuros instrutores, deverá ter metade dos seus 30 mil efectivos (15 mil do governo e 15 mil da RENAMO) operacionais em Maio e todo o processo deve estar concluído em Setembro de 1994.

As operações de recenseamento eleitoral deverão começar em Abril, altura em que a ONU supõe que os refugiados moçambicanos já terão completado o seu regresso ao país, e estar completado em Junho de 1994, para que as eleições decorram em Outubro seguinte.

* * * * *

* MAPUTO

Multipartidaria moçambicana reinicia-se quarta-feira de manhã

Maputo - A +multipartidaria+ moçambicana, iniciada dia 29 de Julho e mergulhada num imasse já já vão mais de quatro semanas, recomeça hoje em Maputo após cinco dias de suspensão, anunciou fonte oficial.

O último desentendimento neste fórum verificou-se na passada quinta-feira, quando a RENAMO e outros oito pequenos partidos se recusaram a participar numa sessão restrita com o ministro da Justiça e representantes de outros cinco formações políticas.

O presidente da reunião, o ministro da Justiça, Ussumane Aly Dauto, não gostou. Classificou aquela atitude de +acto de força+ e abandonou o local.

Durante o fim-de-semana, o +Grupo dos Oito+ pediu uma vez mais, em comunicado distribuído na capital, a substituição de Dauto da presidência da +multipartidaria+, alegando que ele é +impaciente e incompetente+.

Segunda-feira, a RENAMO fez circular em Maputo um comunicado no qual responsabilizava o Governo pelo impasse que se regista na multipartidaria.

O movimento de Afonso Dhlakama referia no seu comunicado que o Executivo moçambicano está engajado num esforço para +ludibriar+ os partidos políticos com vista a conseguir uma maioria na Comissão Nacional Eleitoral (CNE), o pomo da discordia na reunião.